

AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS NA AMAZÔNIA: DESEMPENHO ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BONAL, ACRE

Raimundo Claudio Gomes Macielⁱ
Pedro Gilberto Cavalcante Filhoⁱⁱ
Dieime Lopes de Souzaⁱⁱⁱ
Geso Willian da Silva Marçal^{iv}
Sarah Cristina Cavalcante Soares^v

Resumo

Nos anos 1970, o Governo Militar implantou o processo desenvolvimentista, culminando desapropriação das terras de várias famílias do meio rural, que incentivou a produção da atividade agropecuarista, ocasionando problemas sociais e ambientais. Destarte, o governo federal, através do INCRA, viabilizou uma reforma agrária no país, implantando vários projetos de assentamentos. Entretanto, mostraram-se ineficazes na resolução dos problemas da agricultura familiar. Recentemente, o INCRA criou novos modelos de assentamentos, como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), encaminhando adequadamente essa questão. Assim, o objetivo do trabalho é analisar os resultados econômicos das unidades produtivas das famílias assentadas no PDS Bonal, em Senador Guiomard, Acre, nos períodos agrícolas de 2011/2012 e 2012/2013. Trabalha-se com indicadores de resultados econômicos específicos a este tipo de produção. Os resultados indicam uma evolução econômica favorável da atividade da agricultura familiar no assentamento, saindo do processo de especialização produtiva para um processo de diversificação produtiva.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Projetos de Assentamentos. Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Amazônia. Avaliação Econômica.

FAMILY FARM IN SETTLEMENTS IN THE AMAZON: THE ECONOMIC PERFORMANCE OF FAMILIES IN THE PROJECT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT BONAL, ACRE

Abstract

In the 1970s, the military government implemented the developmental process, culminating expropriation of land from several rural families, which encouraged the production of agriculture activity, causing social and environmental problems. Thus, the federal government, through INCRA, enabled an agrarian reform in the country, implementing projects in various settlements. However, proved ineffective in solving the problems of family farming. Recently, INCRA created new types of settlements, as Sustainable Development Projects (PDS), properly directing this question. The objective of the study is to analyze and compare the results of productive economic units in settled PDS Bonal, Senador Guiomar, Acre families through agricultural periods 2011/2012 and 2012/2013. Works with indicators specific to this type of production economic results. The results indicate a favorable economic evolution of family farming in settlement activity, leaving the process of specialization to a process of productive diversification.

Key words: Family farming. Settlement Projects. Sustainable Development Project. Amazon. Economic Performance.

Sub-áreas: Q1 Agricultura, Q19 Outras.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, políticas desenvolvimentistas foram implantadas na região Amazônica pelo Governo Militar, com objetivo de ocupar demograficamente e, assim desenvolve-se a economia numa estratégia de integração regional. Essas medidas consistiam, basicamente, em incentivar o uso da terra de forma extensiva, notadamente com a pecuária de corte. Em relação à região acreana, esses incentivos eram direcionados ao desenvolvimento da agropecuária, fato que levou à falência dos sistemas extrativistas na região. Isso ocasionou intensos conflitos pela posse da terra entre fazendeiros, os novos proprietários de extensas áreas na região, e as famílias, os extrativistas em geral, que viviam na floresta.

Com tais medidas, os pequenos agricultores deveriam desocupar as terras para dar lugar aos grandes empresários e fazendeiros contemplados com essa nova política. Portanto, muitas famílias perderam suas terras e, como alternativa de sobrevivência, migraram para cidade em busca de uma “vida melhor”. No entanto, as cidades não estavam preparadas para um aumento populacional tão rápido e expressivo, decorrendo, portanto, diversos problemas sociais como o aumento da violência, prostituição, surgimento de vários bairros periféricos sem infraestrutura etc.

Dessa forma, coube ao Governo encontrar soluções para os problemas sociais suscitados pelos conflitos rurais na luta pela posse da terra. Por intermédio do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – foram criados, na década de 70, os primeiros projetos de assentamentos como: Polos Agroflorestais, Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD). No entanto, a agricultura familiar ainda continuava com imensas dificuldades de reprodução, dados os problemas decorrentes de infraestrutura, crédito inadequado e insuficiente, falta de assistência técnica etc. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, novos modelos de assentamento são criados para encaminhar as questões não resolvidas pelos assentamentos anteriores. Nesse sentido, surgem os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), baseado na atividade extrativista dos recursos florestais. Assim, tentavam conter o êxodo rural, além de assentar famílias de ex-seringueiros e ex-agricultores, que viviam em áreas de risco ou periféricas na cidade.

Em 2005, o INCRA criou o PDS Bonal, após a compra da fazenda Bonal, onde encontrava-se instalada uma agroindústria que processava palmito de pupunha da região. Na área que o empreendimento estava instalado, haviam algumas famílias que residiam e trabalhavam na fazenda.

O PDS Bonal, desde sua criação, foi apontado como modelo de assentamento para a região, justamente porque solucionava questões cruciais identificadas nos antigos assentamentos: áreas já com plantios maduros, infraestrutura para escoamento da produção e, principalmente, uma agroindústria já em funcionamento para agregação de valor. Cabe ressaltar que até o ex-presidente Lula visitou o assentamento, divulgando seus possíveis efeitos benéficos para a agricultura familiar.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar os resultados econômicos das unidades produtivas das famílias assentadas no PDS Bonal, em Senador Guimard, Acre, buscando-se entender quais benefícios as famílias estão encontrando, levando em consideração dois períodos analisados com base nos calendários agrícolas, sendo o primeiro período 2011/2012 e o segundo período 2012/2013, verificando a evolução do desempenho econômico das unidades produtivas no assentamento.

A importância do presente trabalho situa-se na sistematização de informações coletadas em campo para subsidiar tanto as políticas públicas para a região quanto à própria

comunidade no sentido de corrigir possíveis equívocos e potencializar os benefícios proporcionados pelo assentamento.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas desenvolvimentistas implantadas pelo Governo Militar pós-1970 acarretaram diversos problemas sociais e ambientais. Os pequenos agricultores se viram obrigados a desocupar suas terras para dar lugar a pecuaristas beneficiados com estas políticas. Assim, ocasionou um inchaço populacional nos centros urbanos, aumentando a desigualdade social. Uma saída proposta pelo governo foi a distribuição de terras, por meio da criação de assentamentos regularizados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Desta forma, essa discussão enseja debates que buscam alternativas produtivas capazes de transformar a produção dos pequenos agricultores em atividades viáveis que garantam a reprodução social no meio rural, através de programas de reforma agrária.

Wanderley (2003) entende que a agricultura familiar ou campesinato são duas dimensões distintas e complementares: historicamente como uma civilização ou uma cultura e como uma forma social particular de organização da produção. Sendo assim, a agricultura familiar é uma reelaboração do campesinato, de forma mais ampla e moderna.

Ainda segundo a autora, a agricultura familiar se caracteriza quando a família é simultaneamente a proprietária dos meios de produção e assume o trabalho nas unidades produtivas. Destarte, todas as técnicas utilizadas na produção são definidas pelos próprios produtores rurais, os quais se utilizam de seus conhecimentos tradicionais em todos os tratos culturais, desde a escolha do local onde será feita a plantação, a maneira como será preparado o solo, as formas de colheita, até o planejamento de como será comercializado o produto final.

Desse modo, a autora enfatiza que o termo agricultor familiar teria caráter genérico, incluindo diferentes situações produtivas executadas por núcleos familiares rurais. Entre elas, seria possível identificar aquela tradicionalmente denominada como camponesa. Os vínculos da produção agrícola familiar à economia seriam um reflexo da capacidade de adaptação da organização camponesa diante das transformações da sociedade.

Com isso, é necessária uma adaptação desses camponeses que vieram de uma forma de produção de autoconsumo, para uma agricultura que visa geração de renda e múltiplas culturas. Mas, para que esse processo ocorra de forma positiva, é necessário o apoio político nessa transformação, colocando em cheque o comportamento do homem no campo. De acordo com Mendras (1984, p. 164) “o agricultor não é mais seu próprio mestre e necessita, permanentemente, de um mestre para instruí-lo”. Nesse sentido:

A reprodução da agricultura familiar depende claramente da mudança do paradigma da modernização da agricultura, como principal política de geração de renda e desenvolvimento comunitário, para um novo paradigma do desenvolvimento rural, buscando-se um novo padrão para o meio rural, porém ajustado a cada região e realidade em que se encontram as famílias rurais. (MACIEL e CAMPOS, 2011. p. 6).

Esse apoio é fundamental para que essas famílias permaneçam em suas áreas de forma digna, proporcionando também um aumento na economia da região, já que os produtos produzidos serão vendidos a um preço mais razoável a todos, diminuindo assim o nível de pobreza.

Portanto, é necessária uma adaptação às novas tecnologias, pois com a evolução da produção os pequenos produtores teriam a chance de concorrer no mercado consumidor de produtos agrícolas. Entretanto, alguns agricultores se perdem nesse meio por não conseguirem se adaptar as inovações tecnológicas. Segundo Dombek (2006) os pequenos agricultores possuem dificuldades em desenvolver as suas produções através de novas tecnologias, pois requer mais conhecimento técnico e necessária adaptação. Isso implicará na geração de renda e conseqüentemente não arcam com as suas dívidas, tendo que vender e procurar outro lugar para morar, sendo drasticamente expulsos do meio rural.

3. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

O problema agrário no Brasil teve seu início em 1530, quando no processo de colonização a Coroa Portuguesa criou as capitanias hereditárias e o sistema de sesmarias, onde eram distribuídas terras para quem se dispusesse a cultivá-las e em troca dava-se um sexto do total produzido para a Coroa Portuguesa. Com essa política de aquisição de terras, surgem então vários latifúndios, uma vez que na maior parte das extensas propriedades, havia baixíssima ou nenhuma produção (INCRA, 2011).

Ainda conforme o autor, em 1822 a Coroa Portuguesa deixa de ter o controle das terras brasileiras, com isso houve grande devolução de terras que tinham sido cedidas pela Coroa, mas não tinham sido cultivadas pelos receptores. Em 1850, o governo cria a Lei de Terras, garantindo que essas terras devolvidas se tornassem propriedades do Estado, e que fossem vendidas apenas através de leilões. Desta forma, somente os grandes latifundiários e pessoas que tinham dinheiro para investir conseguiam arrematar as terras.

Com o fim da escravidão essa situação começou a se agravar, já que os latifundiários expulsaram os escravos que trabalhavam e moravam em suas propriedades, fazendo com que dezenas de pessoas ficassem sem terra.

Em meio a essa situação caótica ocasionada pela distribuição de terra desigual, surgem as Ligas Camponesas, que lutavam pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra exercia grande pressão sobre o Governo para a redistribuição de terras, sendo a ocupação de grandes propriedades improdutivas a principal manifestação. Diferente de alguns outros países, a reforma agrária no Brasil vem criando forma através de lutas por terras e não por iniciativa do Estado.

Contudo, o Governo Federal cria a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), como primeira medida em prol a reforma agrária. Entretanto no final do mesmo mês um golpe de estado deu início a Ditadura Militar. Logo no início do regime militar foram adotadas medidas em relação à reforma agrária, dentre elas a edição do Estatuto da Terra e são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à Supra. Em 9 de Julho de 1970 sob o Decreto nº 1.110 cria-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que foi resultante da fusão do Ibra com o Inda.

Deste modo, esse desenvolvimento começou a ser colocado em prática pelo Governo Militar, a partir da década de 70, com suas políticas desenvolvimentistas. Para Navarro (2001) o desenvolvimento rural, nos anos 70, consistia na introdução de tecnologias na agricultura e a obtenção de insumos modernos para aumento da produtividade e, conseqüentemente, a elevação da renda dos produtores.

De acordo com Guanzioli (2001), “as políticas de reforma agrária criadas pelos governos militares não obtiveram êxito, especialmente no que diz respeito à tentativa de

atenuar os conflitos sociais gerados pela condução do processo de modernização conservadora.”

Com a criação do INCRA foi desenvolvido um Plano Nacional de Reforma Agrária, que possuía metas utópicas, fato que após quatro anos os resultados obtidos eram muito modestos em relação as metas, isso acabou ocasionando diversos debates a respeito da reforma agrária findando na extinção do INCRA, fazendo com que o Ministério de Agricultura assumisse a responsabilidade pela reforma agrária no país. Dois anos após, o Congresso Nacional recria o INCRA, mas com o desgaste político decorrente de tentativas frustradas e a falta de orçamento fizeram com que a reforma agrária ficasse quase paralisada.

No ano de 2000 é criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão onde o INCRA está vinculado até hoje. Com a criação do MDA os governantes deram sequência com projetos de reforma agrária. Segundo dados do INCRA (2011), em 2003, no governo de Fernando Henrique Cardoso foram assentadas 635 mil famílias, distribuídas pelas cinco regiões brasileiras.

Embora os números de assentados sejam expressivos, dados fornecidos pelo INCRA retratam que a maior parte das famílias não receberam infraestrutura necessária para poder produzir no campo e a maioria das famílias não tinham experiência com trabalho rural. Outros problemas relacionados à produção eram eminentes como a falta de assessoria técnica para produção no campo e infertilidade da terra. Além de disso, os assentados enfrentavam problemas sociais como a falta de água, não havia saneamento básico, difícil acesso ao sistema de saúde, entre outros.

Avançando a partir dos tradicionais assentamentos, novas modalidades de assentamento tornaram-se extremamente necessárias e, desse modo, surgiram os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), categoria de projeto criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.

Contudo, apesar dos avanços e da criação de novos modelos de assentamentos, os problemas ainda são eminentes, assim, ainda segundo Guanziroli (2001, p.11):

Ao lado de indicadores de vitalidade e resistência, o trabalho revela a existência de 2,7 milhões de unidades produtivas que não geram renda suficiente para assegurar a subsistência digna das famílias, conformando um bolsão de pobreza que não pode ser ignorada. Sem o decisivo apoio das políticas públicas, essas famílias cumprirão, de forma inexorável, o destino de crescente miséria a elas reservado pela herança histórica que ainda hoje marca a vida do país.

Esses fatos mostram que a reforma agrária no Brasil demanda uma solução que vai muito além do que apenas um pedaço de terra. Guanziroli (2001, p.13) defende a tese de que “é necessário apoiar a agricultura familiar no processo de reforma agrária como passos indispensáveis para construção de uma sociedade mais justa e igualitária”.

4. DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA

O debate que nos últimos anos vem ganhando força é: o que seria sustentabilidade? Ou melhor, o que é desenvolvimento sustentável? Primeiramente, deve-se entender o que é

desenvolvimento. Encontrar uma definição para o termo ainda é algo muito debatido entre os economistas (VEIGA, 2005).

Para Sen (2000), desenvolvimento é um processo de aumento das possibilidades de liberdade que as pessoas podem desfrutar. Essa condição não define o crescimento do PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização como indicadores de desenvolvimento. Mas sim a expansão de liberdades, que podem ser identificados como saúde, educação e direitos civis, e que estão diretamente ligadas aos cinco processos mencionadas anteriormente. Assim, Veiga (2001, p. 104) diz que:

Desenvolvimento só poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas, sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade.

Nesse sentido, percebe-se que desenvolvimento nada mais é do que proporcionar bem-estar social. Várias instituições contribuem para que uma região possa desenvolver-se, por meio do aumento e sustentação de liberdades. Entre estas instituições podem-se identificar as empresas. Veiga (2001, p. 107) afirma que “são os empreendedores os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações.” Além das empresas, ele afirma que o aumento de custeios dos serviços públicos é indispensável para promover o desenvolvimento.

Entendendo o que é desenvolvimento e os principais agentes para alcançá-lo, pode-se buscar a definição para desenvolvimento sustentável. Esse, previsto no Relatório Brundtland, é definido como “aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 9).

Atualmente, este tema tem grande importância, pois há uma preocupação maior com os caminhos que o mundo está tomando em relação ao crescimento, basicamente, de forma acelerada e equivocada, sem nenhuma atenção para o meio ambiente, assim, ferindo um dos elementos do tripé econômico – justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. Desta forma, o termo sustentabilidade tornou-se foco de importantes estudos acadêmicos. Assis (2006, p. 81) sugere uma definição:

O desenvolvimento sustentável tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, na sua consecução, as pessoas, ao mesmo tempo que são beneficiários, são instrumentos do processo, sendo seu envolvimento fundamental para o alcance do sucesso desejado. Isto se verifica especialmente no que se refere à questão ambiental, na medida em que as populações mais pobres, ao mesmo tempo que são as mais atingidas pela degradação ambiental, em razão do desprovimento de recursos e da falta de informação, são também agentes da degradação.

Nesse contexto, pode-se relacionar o desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento rural, já que a sustentabilidade é satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a geração futura. No meio rural isso está relacionado com a extração de recursos naturais de forma adequada para que não cause danos maiores na área explorada. Navarro (2001) define desenvolvimento rural como “uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Em consequência, o Estado nacional sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal”.

No entanto, esse processo resultou em vários danos sociais, econômicos e ambientais, como por exemplo, a exclusão social e a degradação ambiental no meio rural. Com intensificação do uso máquinas na agricultura, a mão-de-obra humana foi substituída por técnicas produtivas e tecnologias para elevar a capacidade de produção. Assim, vários trabalhadores antes ocupados com atividades agrícolas e que tinham como principal meio de subsistência o uso da terra – extrativismo –, se viram obrigados a buscar novas alternativas para sobreviverem. É nesse período que muitos migraram para os centros urbanos, provocando um “inchaço populacional”, além disso, as cidades não estavam condicionadas para receber um grande aumento no número de habitantes e não tinham estrutura para ofertar uma boa qualidade de vida, assim, causando problemas socioeconômicos.

Nessa discussão, Graziano Neto (1982, p. 91) afirma:

No Brasil, a modernização da agricultura baseia-se na introdução de capital na forma de máquinas pesadas, que desocupam trabalhadores no campo. Como o preço do capital tende a ser elevado, a política agrícola mantém artificialmente barato o capital, através do crédito rural subsidiado, possibilitando essa modernização. (...) os grandes proprietários são privilegiados, seja porque detêm mais recursos e têm maior acesso ao crédito, seja porque a escala em que devem operar as máquinas é grande, não se ajustando às pequenas propriedades.

O processo de modernização conservadora tinha intenção de manter o capital nas mãos de empresários. Com isso, desconsiderava os principais componentes para o desenvolvimento da agricultura brasileira: as relações sociais no campo e estrutura fundiária. Além disso, “desconsiderava o papel primordial da produção familiar rural no processo de desenvolvimento da sociedade, em particular na Amazônia”. (MACIEL, CAMPOS E SOUZA, 2010, p. 4).

Por outro lado, não eram apenas as questões sociais que se tornaram uma preocupação, mas também a questão ambiental. No Brasil a adoção de técnicas produtivas inadequadas na agricultura, sendo as mesmas adotadas nos países desenvolvidos, acarretaram diversos danos ambientais na agricultura brasileira. Segundo Graziano Neto (1982, p. 93), esta é uma concepção equivocada uma vez que as condições ambientais entre um país e outro é diversa:

(...) querer reproduzir um modelo de agricultura utilizado na Europa perto da linha do Equador é demais. E, infelizmente, é o que está se fazendo. O processo de expansão da agricultura na Amazônia é condenável sob todos os aspectos, mas principalmente pelo fato de não dispormos de uma tecnologia adequada para explorar tal região.

O governo militar e suas políticas desenvolvimentistas, por meio da denominada modernização conservadoras, incentivaram a utilização destas novas técnicas produtivas “importadas” na atividade agrícola brasileira, levaram a necessidade de “novos enfoques, mais respeitosos com o meio ambiente, socialmente desejáveis, politicamente aceitáveis e viáveis sob o ponto de vista econômico” (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p.158).

De acordo com Batista (2004, p. 40), as propostas de desenvolvimento utilizadas no período pós-guerra culminaram em dois resultados completamente negativos para as sociedades: “a disseminação dos ideais da sociedade de consumo pelo mundo e a propagação da política de uso indiscriminado dos recursos naturais”.

Infelizmente, os indicadores habituais utilizados para avaliar o desenvolvimento dos países e nações com relação à sua capacidade e possibilidade de crescimento não consideram a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais (MACIEL; CAMPOS; SOUZA, 2010).

No entanto, na Amazônia, e em particular no Acre, as consequências socioeconômicas e ambientais com a adoção das políticas desenvolvimentistas, acarretaram na expulsão das famílias pelos grandes fazendeiros, a partir da década de 70. Com isso, gerou a necessidade de uma política de reforma agrária que atendesse a demanda por terra, de modo que a mão-de-obra disponível fosse aproveitada, assim, condicionando as famílias que foram expulsas voltar às práticas produtivas. (MACIEL, 2003; BATISTA, 2004; SOUZA, 2008).

Algumas medidas para evitar a migração campo-cidade foram feitas e algumas modalidades de assentamentos tradicionais foram tentadas na região. No entanto, os estudos de Souza (2008), mostraram que as modalidades de assentamentos tradicionais propostos pelo INCRA não obtiveram êxito, sobretudo, na geração de renda e no acesso aos direitos sociais básicos como saúde, educação, transporte etc. Ou seja, não houve acesso às liberdades que são consideradas o desenvolvimento de uma região, como já foi citado no início do texto.

De acordo com Guanziroli et al. (2001), a reforma agrária elaborada pelo governo militar não solucionou os problemas sociais especialmente apaziguamento dos conflitos pela terra, justamente, pela introdução do processo de modernização conservadora. No entanto, nos anos 1980, com a redemocratização do país, surgem novas perspectivas de reforma agrária, inclusive em áreas consideradas produtivas, porém encerradas pela constituição de 1988, que restringe as desapropriações de terras somente aquelas consideradas improdutivas, conduzindo o processo para uma reforma agrária como se fosse uma extensão do período anterior – acomodando as forças opositoras a esse tipo de política.

Entretanto, ainda segundo o referido autor:

A reforma agrária continua sendo um instrumento legítimo para dar acesso aos trabalhadores a um bem essencial de produção, que é a terra, e com base nesta permitir o acesso a outros meios necessários, desde a infraestrutura até os requerimentos mais essenciais para uma condição digna de vida, ou seja, as condições para as famílias assentadas exercerem sua cidadania. Representa uma política importante de geração de empregos no meio rural (p. 189).

Desta forma, a respeito dos assentamentos tradicionais, novas modalidades foram propostas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e suas implantações necessárias. Nesse sentido, surgiram os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), a partir da década de 1990, com o objetivo de promover um novo modelo de reforma agrária, propondo às famílias assentadas a responsabilidade pela preservação ambiental, usando de forma consciente e adequada os recursos da floresta, baseado em um sistema cooperativista, além disso, buscando autossuficiência econômica, ambiental e social.

A respeito dos assentamentos tradicionais, novas modalidades foram propostas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e suas implantações necessárias. Nesse sentido, surgiram os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), a partir da década de 1990, com o objetivo de promover um novo modelo de reforma agrária, propondo às famílias assentadas a responsabilidade pela preservação ambiental, usando de forma consciente e adequada os recursos da floresta, baseado em um sistema cooperativista, além disso, buscando autossuficiência econômica, ambiental e social.

Por outro lado, conforme diagnóstico recente do projeto “Análise Socioeconômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre”, denominado ASPF, a produção

agrícola familiar, restritamente nas áreas de assentamento do INCRA, enfrenta grandes dificuldades no processo de consolidação segundo a chamada agricultura moderna, ou seja, ainda possuem dificuldades em relação às condições das áreas de assentamento, desde o solo para o cultivo de culturas, à infraestrutura dos assentamentos, como acesso a água, saneamento, condições para o tráfego nos ramais, além da necessidade em investimentos em aspectos sociais, como saúde e educação (ASPF, 2011).

Nessa discussão, Veiga (2001) afirma que faltam articulações intermunicipais que ajudem no diagnóstico para identificar os problemas rurais, planejamento de desenvolvimento integrado e na captação de novos recursos. Além disso, o autor salienta que “o papel dos governos federais e estaduais deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser autofinanciadas, mas que dificilmente surgirão, ou demorarão muito para surgir, se não houver o indispensável empurrão inicial.” (2001, p. 111). O autor propõe que nas fases de diagnóstico e planejamento, a ajuda governamental poderá ter mais impacto se envolver uma alocação temporária de recursos humanos com a capacitação necessária. Por exemplo, financiando grupos de pesquisas de universidades e de outros centros de pesquisa, para auxiliarem as articulações intermunicipais.

Os primeiros PDS's foram implantados pelo INCRA com base nos pressupostos do desenvolvimento sustentável desenvolvidos pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987.

5. METODOLOGIA

Para relizar a avaliação socioeconômica da produção familiar rural no PDS, trabalhou-se com uma metodologia adequada e específica a este tipo de produção, consolidada na última década pelo Projeto de pesquisa Análise Econômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre, denominado ASPF, desenvolvido pelo Departamento de Economia da UFAC, desde 1996.

Para chegar aos objetivos da pesquisa, buscou-se trabalhar a metodologia a partir de indicadores e índices socioeconômicos que levem em consideração as particularidades da região de estudo e sirvam como parâmetros para relacionar as diversas regiões e determinadas formas técnicas produtiva dos produtos comercializados, considerando os levantamentos realizados no período de 2011/2012 e comparando com os resultados do período atual, 2012/2013, e indicando as prioridades de atuação para um efetivo desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O processo de levantamento de informações socioeconômicas foi realizado por meio de amostragem, na qual foram sorteados aleatoriamente 10% dos produtores – do total de 210 assentados –, ponderados pela população assentada nos conglomerados existentes no PDS, sendo três Agrovilas, além de produtores que moram na própria floresta do assentamento.

Os principais indicadores econômicos são sucintamente descritos a seguir:

1) Resultado Bruto

- Renda Bruta (RB) - indicador de escala de produção. Definida pela seguinte fórmula:

$$RB = Qm . pp$$

Sendo,

Qm = Quantidade do Produto Destinada ao Mercado;

Pp = Preço Unitário ao Produtor.

2) Resultados Líquidos

- Renda Líquida (RL) - excedente apropriado. Definida pela seguinte fórmula:

$$RL = RB - DE$$

Sendo:

RL = Renda Líquida;

RB = Renda Bruta;

DE = Despesas Efetivas.

- Lucro da Exploração (LE) - possibilidade de acumulação. É definido pela seguinte fórmula:

$$LE = RB - CT$$

Sendo:

RB = Renda Bruta;

CT = Custos Totais.

- Margem Bruta Familiar (MBF) - valor monetário disponível para a família. É dada pela seguinte fórmula:

$$MBF = RB - (CV - Cftf)$$

Sendo:

RB = Renda Bruta;

CV = Custos Variáveis;

Cftf = Custo Real da Força de Trabalho Familiar.

- Nível de Vida (NV) - indicador monetário do padrão de vida. É dado pela fórmula:

$$NV = (MBF + AC + Cjicc) - AA$$

Sendo:

MBF = Margem bruta familiar;

AC = Autoconsumo;

Cjicc = Juros Imputados ao Capital Circulante;

AA = Amortizações Anuais de Empréstimos.

3) Medidas de Relação

- MBF/Qh/d - índice de remuneração da mão de obra familiar.
- Termo de Intercâmbio (TI) - índice de apropriação da RB pelo mercado. É definido pela seguinte fórmula:

$$TI = \frac{VBCC}{RB}$$

Sendo:

TI = Termo de Intercâmbio;
VBCC = Valor dos Bens de Consumo Comprados;
RB = Renda Bruta Total.

4) Linha de Dependência do Mercado

- Definem-se como linha de dependência do mercado os valores medianos gastos com bens e serviços de consumo no mercado, adicionados das compras relacionadas à reposição do capital fixo (máquinas, equipamentos, ferramentas, benfeitorias etc.) disponível para a manutenção dos meios de produção existentes.

5) Índice de Eficiência Econômica (IEE) – indicador de benefício/custo. É definido pela seguinte fórmula:

$$IEE = \frac{RB}{CT}$$

Sendo:

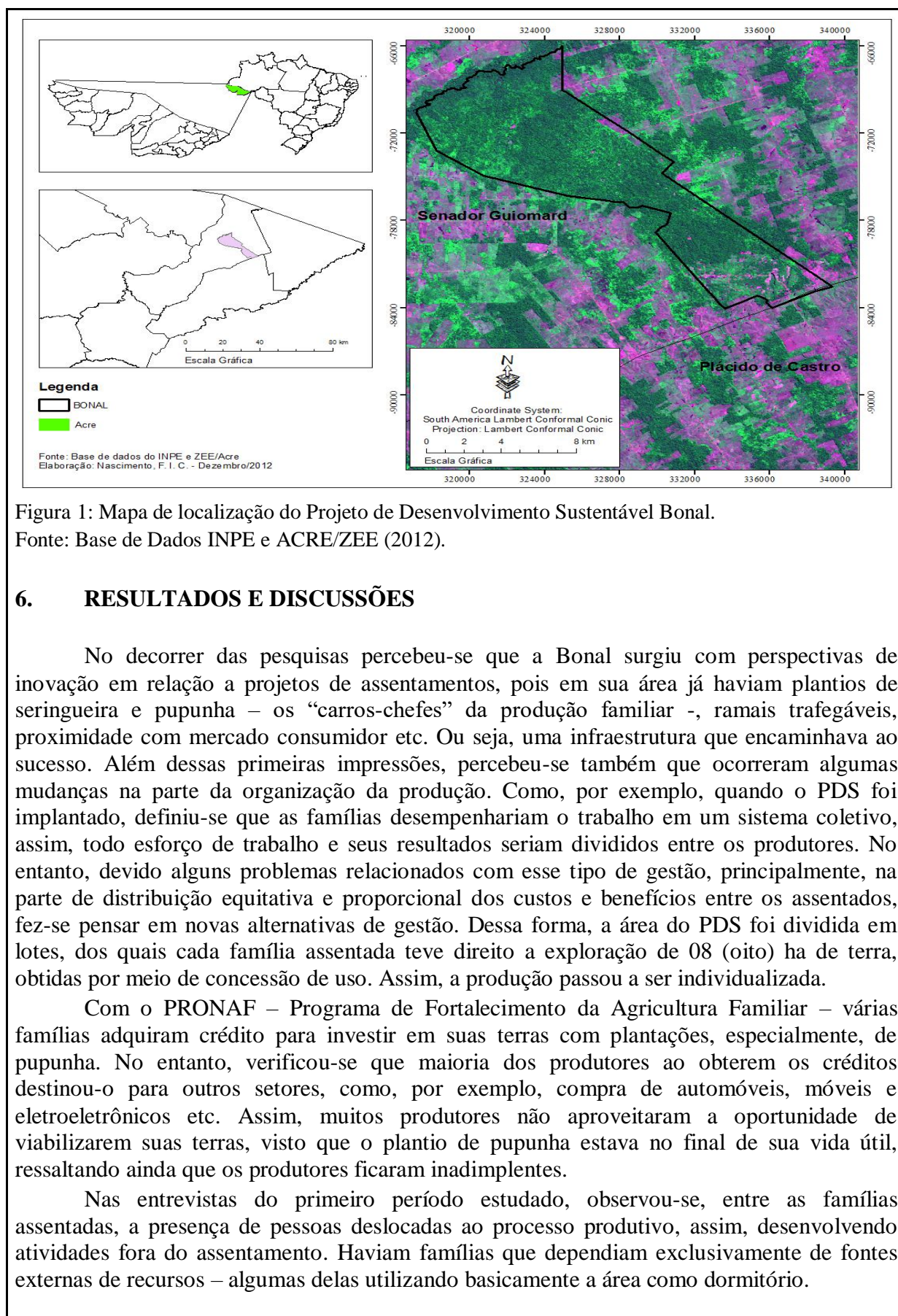
RB = Renda Bruta;
CT = Custos Totais.

- IEE > 1, a situação é de lucro.
- IEE < 1, a situação é de prejuízo.
- IEE = 1, a situação é de equilíbrio.

5.1. Caracterização da área de estudo

O PDS Bonal foi criado através do processo N°. 021, em 05/07/2005 e publicado através da Portaria n°. 45/98 em 24/03/2005. Possui uma área total de 10.447 ha (dez mil, quatrocentos e quarenta e sete hectares), está localizado no Estado do Acre, no município de Senador Guiomard, às margens da BR-364, km 76, com capacidade para assentar 210 famílias (INCRA, 2010).

A área do PDS Bonal foi adquirida pelo INCRA mediante processo compra de um grupo de empresários de origem Belga, que desenvolviam, desde o início dos anos 1970, um projeto agroindustrial. A fazenda Bonal, como era conhecida na região, desenvolveu inicialmente o plantio racional de seringueiras para extração de látex. No início dos anos 1980, a empresa começou o plantio de pupunha para a produção de palmito. E, em meados dos anos 1990, foi construída a agroindústria para o beneficiamento do palmito. (INCRA, 2010). Na região da fazenda havia algumas famílias que residiam e trabalhavam no empreendimento. Quando ocorreu o processo de compra, o instituto criou o PDS e as primeiras famílias contempladas com o projeto, foram as que já moravam na localidade. Mais tarde, outras famílias foram assentadas na região com o propósito de desenvolverem-se com o trabalho nas áreas cedidas pelo INCRA.



Por outro lado, durante as entrevistas no segundo período, 2012/2013, foi observado que o processo de desocupação das terras de algumas famílias assentadas no PDS Bonal intensificou-se ainda mais, vendendo seus lotes para outros produtores e migrando para as cidades, permanecendo no assentamento aquelas famílias com perfil de produtores rurais, o que mostrou no presente trabalho uma produção maior e mais diversificada em relação ao período anterior.

Quando as primeiras pesquisas foram iniciadas, percebeu-se que a cooperativa que existia no assentamento desempenhava um papel aquém do esperado, o que condicionou vários problemas de ordem produtiva e social, como a falta de trabalhadores no processo produtivo e alcoolismo entre a comunidade, evidenciando uma “desorganização social”. Dessa forma, hoje, a cooperativa encontra-se desativada, uma vez que vários cooperados desanimaram-se com os descasos percebidos, levando-a à falência, com os associados que deixaram de contribuir por não haver retorno dentro do assentamento.

Nesse sentido, estas impressões iniciais, com a paisagem e estrutura produtiva, assim como as conversas informais com os produtores, foram confirmadas com o presente diagnóstico.

A Figura 2 mostra a geração de renda bruta dentro do PDS Bonal nos dois períodos analisados. No período de 2011/2012, percebe-se uma questão crucial para o desenvolvimento do assentamento: a especialização produtiva. O PDS Bonal nasceu especializado na produção de borracha e palmito. O problema nesse período foi que a agroindústria, que era gerenciada pela cooperativa, encerrou suas atividades por falta de condições financeiras, notadamente a falta de capital de giro, entre março e abril de 2012. Assim, a dependência dos carros-chefes do assentamento ficou escancarada, com a borracha sendo responsável por cerca de 65% da renda bruta total entre os produtores, pois o principal comprador do palmito não tinha dinheiro.

Já no período de 2012/2013, pelo fato da cooperativa responsável pela venda ter ficado sem representação, dificultando a venda dos produtos como o palmito de pupunha e a borracha, percebe-se a diversificação de produção no assentamento. Os produtores produzem novos produtos que não foram vistos no período anterior, como o café e a criação de peixes, sendo produtos mais valorizados.

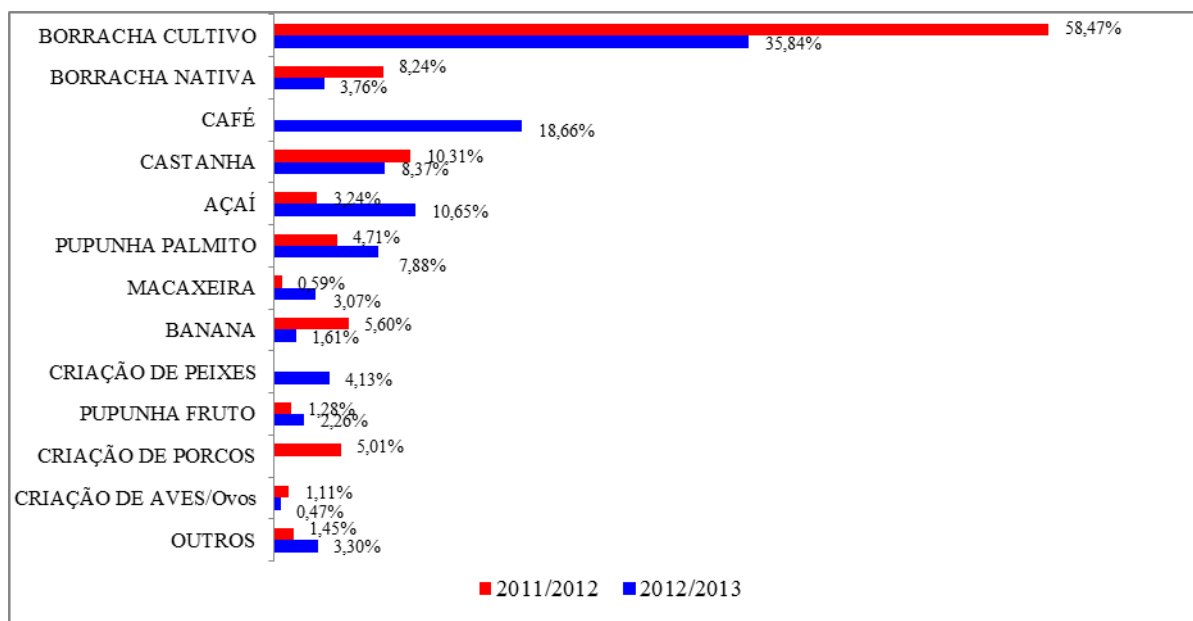


Figura 1: Geração por produto de renda bruta no PDS Bonal – Senador Guiomard – Acre 2012/2013. Fonte: ASPF (2016).

Além disso, os produtos extrativistas, como o açaí e a castanha, apresentam-se, nos dois períodos analisados, como importantes geradores de renda bruta dentro da comunidade. Outro produto observado nessa diversificação é a macaxeira, um produto da “lavoura branca”, que são produtos característicos da produção familiar, que, além de comercializados, também são muito utilizados no autoconsumo das famílias, o que despertava preocupação no período de 2011/2012 pela ausência desse tipo de produção no assentamento.

Ademais, é importante destacar que a borracha apresentou um aumento na quantidade produzida, como mostra a Figura 3 e, conseqüentemente, uma maior geração de renda para as famílias. A aparente queda na geração de renda bruta no PDS Bonal está relacionada à diversificação da produção, onde produtos mais valorizados passaram a ser produzidos e comercializados pelas famílias.

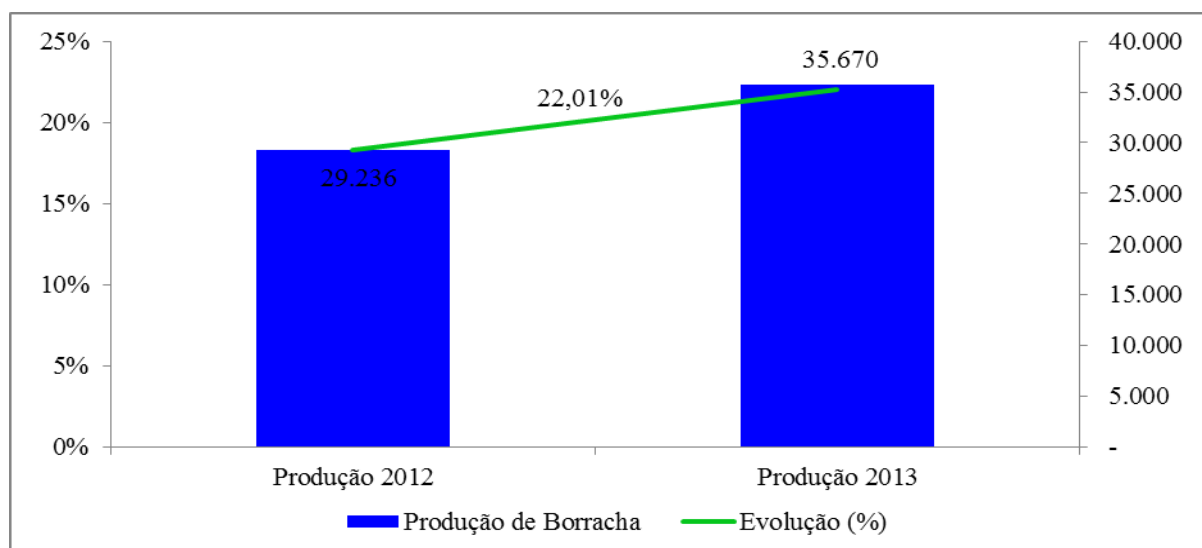


Figura 2: Produção de borracha nos períodos de 2011/2012 e 2012/2013 no PDS Bonal – Senador Guiomard – Acre 2012/2013.

Fonte: ASPF (2016).

Apesar da agroindústria estar inativa, no período 2012/2013, ainda há a participação do palmito de pupunha entre os principais produtos que geram renda no assentamento. Esse fato justifica-se ao analisar que essa produção está sendo absorvida pelo Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), que fica próximo ao PDS Bonal, e possui agroindústria de processamento de palmito. Vale ressaltar que o RECA é o principal concorrente da agroindústria Bonal.

Devem ser destacadas algumas questões, que foram observadas em ambos os períodos, no processo produtivo: primeiro, alguns produtores produzem, como eles chamam, de “meia”. Esse tipo de produção consiste em que o proprietário de uma área ou lote paga para alguém cultivar e extrair os produtos na propriedade e, depois, dividir os lucros entre o dono da terra e quem trabalhou. Com este tipo de produção elevam-se os custos dos produtos, tornando o processo produtivo inviável. De acordo com a Tabela 1, percebe-se que há pouca ou quase não há produção de alimentos para autoconsumo. Entretanto, em 2012/2013, apresenta-se um

resultado animador ao analisar que houve uma evolução de 46% no autoconsumo, que é uma das fortalezas da agricultura familiar.

Tabela 1: Desempenho Econômico das famílias assentadas no PDS Bonal, 2011/2012 e 2012/2013.

Indicadores Econômicos	Unidade*	2011/2012	2012/2013	Evolução
RB - Renda Bruta	R\$/mês	452,98	945,19	109%
MBF - Margem Bruta Familiar	R\$/mês	404,22	939,73	132%
LE - Lucro da Exploração	R\$/mês	-64,26	200,12	411%
RBT- Renda Bruta Total	R\$/mês	972,97	1357,57	40%
CF - Custo Fixo	R\$/mês	227,57	318,55	40%
CV - Custo Variável	R\$/mês	121,87	127,36	5%
VBCC - Bens de Consumo Comprados no Mercado	R\$/mês	824,20	921,57	12%
LDM - Linha de Dependência do Mercado	R\$/mês	1.051,77	1.240,11	18%
AC – Autoconsumo	R\$/mês	114,43	166,93	46%
NV - Nível de Vida	R\$/mês	471,93	1.125,35	138%
IEE - Índice de Eficiência Econômica	und.	0,83	1,46	75,90%
MBF/RB	und.	0,90	0,94	4,44%
MBF/Qh/d	R\$/dia	3,95	11,87	201%

Obs.: Resultados medianos por UPF (Unidade Produtiva Familiar); *Atualização monetária até junho de 2016 (INPC/IBGE).

Fonte: ASPF (2016).

No período 2011/2012, algumas dificuldades encontradas na área do assentamento apresentam a produção familiar no PDS como inviável. Observa-se, na Tabela 1, em relação à Renda Bruta (RB), que esta representa apenas 33% do salário mínimo vigente no país. Além disso, o indicador de eficiência econômica aponta que a produção está numa situação de prejuízo. E a remuneração da mão-de-obra familiar (MBF/Qh/d) empurra os trabalhadores para fora da unidade produtiva.

Por outro lado, a situação no segundo período é mais favorável à atividade da agricultura familiar no assentamento. A Renda Bruta apresentou uma evolução de 109% ao período anterior, além de ser 27% maior que o salário mínimo vigente no país. O indicador de eficiência econômica apresenta uma situação de viabilidade. Em relação à remuneração da mão-de-obra familiar, continua empurrando para o assalariamento fora da unidade produtiva.

Entretanto, um fator que caracteriza a agricultura familiar, o autoconsumo - bens produzidos e consumidos pela própria família -, apesar de apresentar uma evolução, ainda é muito baixo. Ademais, ao se analisar que a dependência do mercado é alta e mostrou uma evolução maior no período de 2012/2013, sendo maior 67% do salário mínimo. Isto representa uma maior pressão para geração de renda para suprir a necessidade de obtenção de bens e serviços no mercado.

No primeiro período, em decorrência do baixo autoconsumo e pouca produção para geração de renda, o nível de vida, em termos monetários, indica que medianamente as famílias sobrevivem com aproximadamente 70% do salário mínimo vigente. Além disso, observou-se que os gastos na aquisição de bens e serviços, além dos custos fixos produtivos, no mercado foi 132% maior que o valor obtido pelas famílias, verificando-se, assim, maior tendência de endividamento externo.

Já no segundo período, ainda com um baixo autoconsumo, porém com maior comercialização da produção, o nível de vida apresenta um aumento, sendo 51% maior que o salário mínimo. Porém, o cenário em relação aos gastos na aquisição de bens e serviços, como também os custos fixos produtivos, no mercado ainda apresenta tendência de endividamento externo, sendo 31% maior que o valor gerado com a renda bruta no período.

Em relação à Renda Bruta Total (RBT), que considera os assalariamentos fora das unidades produtoras e os programas de auxílio governamentais (bolsa família, aposentadoria etc.), percebe-se, ainda na Tabela 1, que esse indicador apresenta a principal estratégia das famílias para superar a dependência do mercado na aquisição de bens e serviços. Pois, se no período de 2011/2012 a RBT não era suficiente para comprar os produtos no mercado, no segundo período, provavelmente se assalariando fora da unidade produtiva, a RBT superou as necessidades de aquisição de bens no mercado.

Os resultados, no período de 2011/2012, evidenciam que as famílias assentadas não vivem do sustento retirado da produção agrícola, dada à ausência de autoconsumo, que é uma das fortalezas da agricultura familiar e sua principal característica, ou seja, a dependência parcial do mercado. Além disso, mostrou especialização em produtos de baixo valor no mercado, como é o caso da borracha, impactando no desempenho econômico da unidade produtiva.

No período seguinte, alguns produtores passaram a dar atenção para a diversificação produtiva, mas ainda de forma tímida, apostando em produtos valorizados no mercado, como o café e o peixe, mas ainda com o pé no extrativismo, dado a valorização de alguns produtos, como açaí e a castanha. Aqui chama-se atenção para o planejamento produtivo, uma vez que muitos produtos que estão sendo vendidos fazem parte de um processo de tentativas e erros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 80, com o surgimento da discussão sobre o desenvolvimento sustentável, fez-se pensar em novas alternativas de desenvolvimento que pudessem atingir esse objetivo. Essa nova discussão influenciou também na questão agrária brasileira, pensando em novas modalidades de assentamentos na Amazônia.

Assim, criaram os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) para que fossem executados utilizando os recursos florestais de forma responsável com as questões ambientais e sociais. A produção de um PDS está baseada na atividade extrativista dos recursos florestais. Tem como objetivo tornar a produção eficiente a partir dos sistemas agroflorestais e buscando maior aproveitamento do solo com plantios consorciados. Tendo, assim, maior variedade de produção.

Desta forma, o PDS Bonal é fruto dessa nova concepção de assentamento, tendo o objetivo de seguir os pressupostos de desenvolvimento sustentável, além de trabalhar uma nova forma de gestão na extração dos recursos naturais, especialmente de forma coletiva, comunitária.

O diferencial deste assentamento é a forma da implantação. Depois do desinteresse dos proprietários da agroindústria de palmito, após reivindicações de antigos funcionários para que houvesse um processo de reforma agrária na região, o INCRA adquiriu a área por meio de negociação e compra com os empresários. O que se evidencia é que foi uma maneira de evitar que as famílias fossem para os centros urbanos em busca de uma “vida melhor”, assim, evitando um novo êxodo rural, além de promover o desenvolvimento nesse campo.

Além disso, verificou-se que esse PDS era tido como promissor, visto a estrutura que possuía. No entanto, não foi levado em consideração que muitas estruturas estavam obsoletas, principalmente, a agroindústria e o plantio de pupunha, além de carência nos serviços de assistência técnica.

Do ponto de vista produtivo, em 2011/2012, percebeu-se que as famílias assentadas no PDS se especializaram, em especial, na produção de dois produtos: a borracha e o palmito pupunha. A especialização para a agricultura familiar torna-se um estorvo, uma vez que ao analisar esses produtos, verifica-se que a borracha tem pouca valorização no mercado e a pupunha era o produto processado pela agroindústria que existe na região, sob a gerência da cooperativa da comunidade do PDS Bonal. No entanto, devido à má gestão dos cooperados, a agroindústria parou com as atividades. Assim, a maioria dos assentados sentiu o impacto dessa situação por enfatizar a produção no palmito de pupunha. O que se viu foi pouca produção na agricultura, mostrando uma forte dependência com o mercado externo.

Em 2012/2013, observou-se que os produtos considerados como “carros-chefes” continuaram a ter importante papel na geração de renda entre as famílias. Entretanto, houve maior diversificação da produção com produtos mais valorizados no mercado, como o café e a criação de peixes, como também foram apresentados produtos que são da chamada “lavoura branca”, como a macaxeira. Porém, o problema com a dependência externa continua, uma vez que ainda é pouca produção na agricultura. Fato que preocupa, pois essa dependência acarreta na elevação dos custos de vida da família.

Assim, é evidente que a situação das famílias no PDS Bonal melhorou ao comparar o primeiro momento com o segundo momento. No entanto, ainda é preocupante, ao perceber uma dependência forte com o mercado e os problemas de gestão da agroindústria. Porém, são problemas que podem ser contornados com planejamentos adequados. Primeiramente, os gestores devem estar qualificados para gerir o assentamento, regulamentando a produção e reativando a agroindústria instalada. Em segundo lugar, deve haver conscientização por parte dos produtores que o uso da terra é a melhor maneira para terem uma vida digna e continuar trabalhando com a diversificação de produtos. Desta forma, poderá se alcançar um efetivo desenvolvimento sustentável no PDS Bonal.

8. REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356p.

ASPF - **Análise Socioeconômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado Acre.** Diagnostico Socioeconômico dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre - ASPF, período 1996/2006. Coordenação de: Raimundo Cláudio Gomes Maciel – Rio Branco: Edufac, 2011. 151p.

ASPF - **Análise Socioeconômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado Acre. 2014.** Disponível em: < <http://aspf.wordpress.com/>>. (Projeto de Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da UFAC).

ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil:** perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Econ. Apl., Mar 2006, vol.10, no.1, p.75-89.

BATISTA, Gisele Elaine de Araújo. **Alternativas de desenvolvimento sustentável: o caso da RESEX Chico Mendes e das ilhas de alta produtividade.** 2004. 93p. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria:** Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Histórico da questão agrária.** 2010. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/historico-da-questao-agraria>>. Acesso em: 20/11/2012.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto PRODES.** 2012. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>>. Acesso em: 20/03/2012.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes (coord.), CAMPOS, K. P. da C.; **Agricultura Familiar no Acre: Considerações a partir do Censo agropecuário 2006.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49. 2011, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: SOBER, 2011.

_____ ; CAMPOS, K. P. da C.; SOUZA, E. F. de. **Diagnóstico sócio-econômico da produção familiar rural nos Pólos Agroflorestais do Acre.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48. 2010, Campo Grande. Anais... Campo Grande: SOBER, 2010.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après.** Paris, Actes Sud, 1984. 437 p.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável – O desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B., **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**, Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

ⁱ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre (PPG-MDR/UFAC), Coordenador do Projeto de Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre (ASPF).

ⁱⁱ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Pesquisador do Projeto de Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre (ASPF).

ⁱⁱⁱ Historiadora pela Universidade Federal do Acre (UFAC).

^{iv} Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Acre (UFAC).

^v Acadêmico do Curso de Sistemas de Informação pela Universidade Federal do Acre (UFAC).